



O LÉXICO TOPONÍMICO DE ORIGEM AFRICANA NO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-LEXICAL

THE TOPONYMIC LEXICON OF AFRICAN ORIGIN IN THE
BAHIA RECONCAVO: A SEMANTIC-LEXICAL ANALYSIS

Lana Cristina Santana

Secretaria de Educação do Estado da Bahia (lanasantana8@gmail.com)

Marcela Moura Torres Paim

Universidade Federal da Bahia (marcelamtpaim@yahoo.com.br)

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre a microtoponímia de origem africana dos vinte municípios que compõem o Território de Identidade do Recôncavo baiano (SEI, 2010), especificamente, os nomes dos povoados dessa região. Foram analisados 62 topônimos, os quais foram coletados dos mapas municipais estatísticos, escala 1:100.000, disponíveis na plataforma virtual do IBGE. O tratamento aplicado às informações obtidas seguem uma metodologia toponímica já existente nessa área, correspondente a um estudo etimológico dos termos que compõem o sintagma toponímico, buscando suas motivações semânticas — característica principal desses signos — encaixando-os em uma taxionomia desenvolvida por Dick (1990a, 1990b).

Palavras-chave: Toponímia; Identidade sociocultural; Recôncavo baiano.

Abstract: *This article presents a study on the microtoponymy of African origin of the twenty municipalities that compose the Identity Territory of the Bahian Recôncavo (SEI, 2010), specific, the names of village of the region. Were analyzed 62 toponyms, which were collected from the municipal statistical maps, scale 1: 100,000, available on the IBGE virtual platform. The treatment applied to the information obtained follows a toponymic methodology already existing in this area, corresponding to an etymological study of the terms that make up the toponymic phrase, seeking its semantic motivations – main characteristic of these signs – following from the insertion in a taxonomy developed by Dick (1990a, 1990b).*

Keywords: *Toponymy; Sociocultural identity; Bahia Recôncavo.*

INTRODUÇÃO

A Onomástica é uma disciplina vinculada à Lexicologia e seu objeto de estudo é o nome próprio. Tal disciplina constitui-se em duas vertentes, a Antroponímia – estudo dos prenomes, sobrenomes e alcunhas de pessoas – e a Toponímia – estudo direcionado ao nome de lugares. O surgimento dessa disciplina ocorreu no século XIX, durante o período em que as investigações na área da Linguística estavam concentradas na busca de uma protolíngua, que teria dado origem às línguas indo-europeias. Foi nesse contexto que a Onomástica ganhou sua autonomia, na França, em 1878, com Auguste Longnon, linguista que introduziu os estudos onomásticos de forma regular na *École Pratique des Hautes-Études* e no Colégio da França; após sua morte, seus alunos da academia publicaram uma obra póstuma, com o título de *Les noms de lieu de la France*, em 1912.

Entre os alunos de Lognon, Albert Dauzat destacou-se. Em 1922, esse linguista retoma os estudos em Onomástica e, dez anos depois, funda a *Réveu des Études Anciennes*, onde publica a *Chronique de Toponymie*, uma bibliografia crítica de autores de diversas áreas que haviam feito, até então, trabalhos relacionados a nomes antigos de lugares.

A partir desse momento, os estudos relacionados à Toponímia tornam-se cada vez mais importantes na área da Linguística, ganhando seu lugar de valor, pois, tal estudo demonstra, a partir da análise semântico-lexical do produto da nomeação (o topônimo), que a ação linguística envolve questões ligadas ao momento histórico e ao contexto sociocultural do denominador. Essa ligação revela que um topônimo ultrapassa a função de demarcação territorial, possuindo, também, um valor documental, já que, ao investigá-lo, torna-se possível resgatar traços dos estratos linguísticos que colaboraram para a

formação da língua oficial de uma sociedade, além de aspectos que constituem a cultura material e imaterial da sociedade em estudo.

É nesse sentido que este artigo direciona-se. Buscou-se no território do Recôncavo baiano a fonte para a pesquisa toponímica, que ora se apresenta; trata-se dos nomes de origem africana que denominam os povoados dos vinte municípios desse território, tanto em formação lexical simples quanto híbrida e seu objetivo principal é evidenciar a relação entre língua, cultura e sociedade, ressaltando a presença da cultura africana na constituição do léxico toponímico desse local.

Para discutir esse assunto, este artigo apresenta os conceitos básicos da Toponímia e a sua importância para os estudos linguísticos; uma breve contextualização a respeito do Recôncavo baiano e a apresentação do *corpus*, seguida da análise dos dados encontrados.

1 A IMPORTÂNCIA DA TOPONÍMIA PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

O espaço geográfico é portador de muitas histórias, uma testemunha ocular de fatos vividos e observáveis na formação de uma sociedade. Ele é tal qual um palco aberto em que muitos são convidados a atuar em papéis distintos: alguns eleitos como atores principais, uns como coadjuvantes e outros como figurantes, mas todos com sua ordem de importância, pois que todos se tornam indispensáveis na longa atuação de uma história chamada nação. Cada ato dessa história é intermediado pela linguagem, que, com seus símbolos verbais e não verbais, penetra no comportamento dos atores – os membros de uma sociedade – direcionando-os na interpretação de seus papéis sociais.

Nesse cenário, o léxico – acervo da linguagem verbal construído ao longo dos anos e composto com algumas palavras já adormecidas, outras em plena atividade ou em processo de mudança, mas todas representantes dos conhecimentos construídos pelos membros de uma sociedade ao longo dos anos de sua formação – é fonte de informação para diversas pesquisas na área da Lexicologia, entre elas a Onomástica.

Embora a pesquisa do léxico onomástico apresente uma metodologia específica, seu objeto de análise – o nome próprio – integra-se ao léxico pleno das línguas naturais, seguindo, portanto, todos os padrões formais da língua em estudo.

Entretanto, ao longo da trajetória das pesquisas linguísticas, os nomes próprios foram considerados como um estudo lexicológico diferenciado dos nomes comuns; essa diferenciação consiste na ideia de que os nomes comuns sempre significam algo, enquanto que os nomes próprios apenas identificam seus referentes (ULLMANN, 1964). Em outras palavras, com ausência do objeto ao qual o nome próprio refere-se, não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre o nome e o pensamento e, por conseguinte, não há significação. Sobre esse assunto, Dick (1999) ressalta que

por muito tempo, os nomes próprios, por não estarem articulados com a sintaxe textual e por se destacarem, pela característica dêitica que os reveste, do ordenamento discursivo, foram considerados como ‘uma categoria muito especial’ de nomes, devendo ser tratados isoladamente do chamado ‘vocabulário comum’, ainda que participando de sua natureza. [...] Mas porque se referem a experiências de outros domínios, como suportes de um organismo estruturado, sujeitam-se a reformulações conceituais, não apenas intracódigo como extracódigo. Neste âmbito é que se revela, de modo mais explícito, a forma pela qual o grupo gerador do designativo manifesta o seu entendimento sobre a percepção do real e a qualidade do dado percebido, garantindo, ao mesmo tempo, a simultaneidade da geração dos processos gramaticais e da elaboração dos sociofatos. (DICK, 1999, p. 121).

Nesse sentido, apesar de os nomes próprios não estarem amarrados a uma estrutura textual como os nomes comuns, eles não podem ser reduzidos apenas a um elemento dêitico por se direcionarem aos participantes de um ato de enunciação ou ao lugar do acontecimento (dêixis espacial), pois sua importância ultrapassa essa função, visto que seu significado maior será encontrado na discursividade, com a legitimação de uso e com o resgate de sua origem. Em se tratando de topônimos, por exemplo,

o denominador utiliza a dupla face de uma palavra: *a forma e o conteúdo*, pois elege entre as formas lexicais existentes em sua língua nativa àquela que possa interpretar o conteúdo – que é o próprio lugar – e no processo discursivo, ele identifica o conteúdo – a referência ao lugar – através da forma linguística. Sendo assim, a Onomástica incorpora os dois processos de significação utilizados nos estudos lexicológicos: o processo onomasiológico – do conceito à forma – e o processo semasiológico – da forma ao conceito. (ALMEIDA, 2012, p. 58)

É com essa compreensão que se pode reconhecer o valor documental da Onomástica, uma vez que essa disciplina é “muito mais do que um mero fator

auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.” (DICK, 2007, p. 144). Portanto, o léxico onomástico é revelador de histórias que marcaram os espaços sociais e de identidades culturais que ficam registradas através dos nomes de pessoas e nomes de lugares.

No que diz respeito ao topônimo, há nesse material linguístico muito mais que um registro de referência espacial, com a função de organizar o espaço geográfico; por trás de cada nomeação há vestígios da memória de um povo, pois os fatos sociais, fontes de motivação para a nomeação, correspondem à sua cultura, sua história e aspectos geográficos da sua região.

Assim, para recuperar os fatos sociais que se apresentam nesse material linguístico (o topônimo e o antropônimo) é necessário ultrapassar análises etimológicas e semântico-lexicais; o pesquisador precisará associá-las ao contexto histórico e social do denominador, a fim de buscar particularidades concernentes ao ato da nomeação, pois aquele que nomeia “[...] é apenas um elemento da cultura nacional, da qual é projeção e em que se manifesta de modo particularizante. O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião” (DICK, 1996, p.13).

Para recolher dados que documentem a história da formação de uma sociedade, a metodologia da pesquisa onomástica cria interfaces com ciências como a História, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, as quais se associam à Linguística, a fim de desvendar os fatos sociais presentes no rico universo das denominações. Esses dados são instrumentais de pesquisa que garantem a compreensão e a veracidade dos dados linguísticos detectados a partir do léxico onomástico: o étimo do topônimo, as informações semânticas relacionadas a ele e a sua formação lexical.

Essa intertextualidade com outras áreas do conhecimento garantem à pesquisa onomástica a associação das perspectivas diacrônica e sincrônica, pois a pesquisa histórica e cultural associada a dados linguísticos mostram que “[...] a linguística descritiva não é senão uma parte (a primeira) da linguística histórica [...]” e “[...] no plano da investigação, a antinomia sincronia/diacronia só pode ser superada na e pela história” (COSERIU, 1979, p. 236, 18). Sendo assim, as investigações na área da Onomástica seguem um caminho correto, uma vez que conseguem criar vínculos entre áreas que apresentam objetos de estudos

específicos, mas que têm em comum a compreensão de que para o sucesso de suas pesquisas é preciso entender como se processa a tríade linguagem, homem e sociedade.

Entende-se, portanto, a importância do léxico onomástico-toponímico de uma sociedade como um revelador de sua história, pois, como bem afirma Dick (1990a), ele é a “crônica” de uma sociedade. Cabe aos interessados por esse estudo, deleitarem-se nas páginas escritas através do tempo.

Todavia, para compreender como a crônica de uma sociedade pode ser encontrada em um topônimo, há de se ressaltar a sua principal característica que é a motivação semântica, afinal um denominador não desloca uma palavra que integra seu léxico comum para o campo onomástico, de uma forma aleatória, há sempre um motivo para essa transferência que culminará na nomeação de um lugar.

Compreendendo melhor como a motivação semântica dos topônimos é processada, parte-se do entendimento apresentado por Pinker (2008), a respeito do que é a semântica.

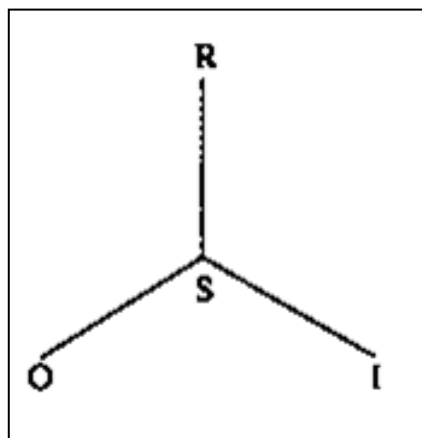
A semântica trata da relação das palavras com os pensamentos, mas também da relação das palavras com outras questões humanas. A semântica trata da relação das palavras com a realidade – o modo como os falantes se comprometem com uma compreensão comum da verdade, e o modo como seus pensamentos são ancorados em coisas e situações no mundo. Trata da relação das palavras com uma comunidade – como uma palavra nova, que surge num ato de criação por parte de um único falante, passa a evocar a mesma ideia no resto da população, de forma que as pessoas se entendam umas às outras quando a usam. Trata da relação das palavras com as emoções: o modo como as palavras não só indicam coisas, mas estão saturadas de sentimentos, que dotam as palavras de uma ideia de magia, tabu e pecado. E trata das palavras e das relações sociais – como as pessoas usam a linguagem não só para transferir ideias de cabeça para cabeça, mas para negociar o tipo de relacionamento que querem manter com seu parceiro de conversa (PINKER, 2008, p. 15).

Nesse sentido, é possível perceber que o mundo externo fornece aos falantes a base para a formulação dos conceitos, tanto pelo contato com os elementos que compõem o meio circundante físico como por aqueles que fazem parte da cultura material e imaterial. Portanto, a semântica das palavras depende da relação entre os mundos subjetivo e externo e a interação deles mediada pela língua, assim, o convencimento do uso de uma palavra, formulada através das percepções de um falante, parte da discursividade, até alcançar a sua total

legitimação entre os membros de uma sociedade. E, quando essa legitimação ocorre, a palavra ganha forma e conteúdo, ela identifica e representa um elemento do mundo, atravessando gerações e se perpetuando no léxico de uma sociedade.

Entre os pesquisadores que discutiram como se processa a relação das palavras com os objetos do mundo externo, destaca-se Peirce (1975). Diferentemente de Saussure (1969), que elabora sua teoria sobre o signo linguístico tomando como base a díade significante/significado, Peirce baseia-se em uma tríade: signo é igual à união do signo/objeto/interpretante, representado pelo seguinte diagrama:

Figura 1 – Processo semiótico na teoria de Peirce



Fonte: Nadin (2011, p. 110).

Segundo Peirce (1975),

um Signo, ou *Representamem*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *Interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *Objeto*. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que tenho, por vezes, denominado o *fundamento* do representamem. (PEIRCE, 1975, p. 94. Grifo do autor.)

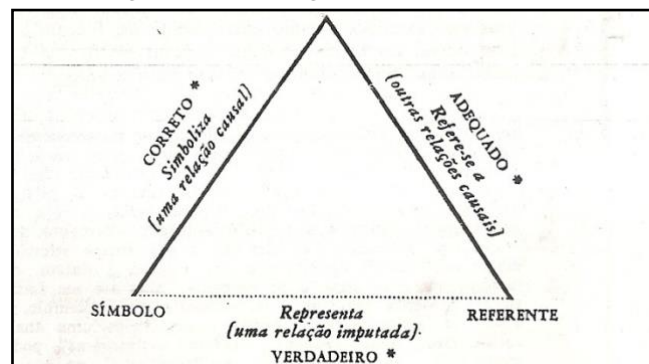
Vê-se, a partir da afirmação de Peirce, que o signo não é o objeto, ele está em seu lugar e tem a condição de afetar a mente de um intérprete (aquele que vê, lê ou ouve o signo), isto é, provocar-lhe uma reação de interpretação, em busca de significado. Como resultado dessa reação surge outro signo, nomeado **interpretante**, que terá ação mediadora de significação entre o **representamem** e

o objeto a que ele se refere. Portanto, o interpretante do signo não é uma pessoa, mas sim, outro signo, o qual não precisa necessariamente ser uma palavra, pode ser uma imagem, um olhar, um gesto, um sentimento, enfim, qualquer reação que o representamem venha a provocar no intérprete.

A ação do signo, portanto, é puramente interpretativa e autogerativa, pois para se explicar um signo, é necessário criar outros signos e isso é infinito. Por conseguinte, o signo é a linguagem em função mediadora entre o homem e as coisas que ele percebe no mundo ao seu redor, sejam elas existentes ou em possibilidade de existir.

Nessa mesma linha de pensamento, os cientistas Ogden e Richards (1976) elaboram suas pesquisas a respeito das relações entre o signo e o referente, tomando como base a relação triádica proposta por Peirce (1975). Esses pesquisadores afirmaram que há relações de causa entre um símbolo e o pensamento (que se encontra no ápice do triângulo) e entre o pensamento e o referente.

Figura 2 – Triângulo semiótico



Fonte: Ogden e Richards (1976, p. 32).

Verifica-se que as linhas que ligam o símbolo ao pensamento e o pensamento ao referente são sólidas, pois existem relações de causa entre o referente e o pensamento, isto é, diante de um elemento do mundo externo (com existência ou possibilidade de existir) uma ação é despertada em quem sofre o estímulo a partir do referente, provocando uma ação seguinte, cujo resultado é a escolha de um símbolo que, por sua vez, provocará uma ação em quem o usa e entre aqueles que estejam em sua volta, durante o ato da comunicação. Essa ação levará a uma cadeia de pensamentos e, conseqüentemente, a uma cadeia infinita de símbolos.

Já a linha que liga o símbolo ao referente é pontilhada, por se tratar de uma relação indireta. Essa linha apresenta a legítima função de um signo: a representação dos elementos do mundo extralinguístico. A ausência da base do

triângulo permite afirmar que as palavras, enquanto símbolos convencionados pela sociedade, não são motivadas, mas mesmo assim, o vínculo criado com o referente mantém-se, pois ele é necessário para o encadeamento das significações e, muito embora, o signo linguístico mantenha uma relação imputada com o referente, afastando a ideia do vínculo natural, entre nome e coisa nomeada, existem casos em que ocorrem motivações, sejam elas fonéticas, morfológicas ou semânticas.

As motivações semânticas, segundo Guiraud (1980), ocorrem com todas as palavras, as quais são etimologicamente motivadas, porém, essa motivação tende ao obscurecimento e depois ao apagamento.

Esse obscurecimento da motivação é tanto mais geral quanto mais ele é necessário, porque se tais associações se impusessem, elas poderiam acarretar uma restrição do sentido; [...] a palavra deve evocar o conjunto da coisa denominada e não apenas o caráter motivante, que, muitas vezes não é o essencial. [...] A motivação deve, portanto, apagar-se em proveito do sentido, porque, caso contrário ela se arriscaria a restringi-lo [...]. Mas a motivação é uma força criadora inerente à linguagem social, que é um organismo vivo de origem empírica; somente depois que a palavra é criada e motivada (naturalmente ou intralinguisticamente) é que as exigências da função semântica acarretam um obscurecimento dessa motivação etimológica, que pode, aliás, ao se apagar, trazer uma alteração do sentido. (GUIRAUD, 1980, p. 28)

Para Guiraud (1980), existem dois tipos de motivação: interna e externa. A primeira ocorre a partir de motivações morfológicas e a segunda cria um vínculo com o elemento extralinguístico; tal motivação pode ser de caráter fonético, no caso das onomatopeias, ou **metassêmico**, quando ocorre uma mudança de sentido devido à similitude entre um significado de uma palavra já conhecida e o objeto que se deseja nomear ou por associação, como nas metonímias, em que o nome é formado a partir de uma relação de contiguidade com o objeto que se deseja nomear.

Diante do exposto, verifica-se que o ato de nomear possui ao mesmo tempo um aspecto cognitivo, em que o homem utiliza o nome para descrever as características objetivas da coisa a ser nomeada, e um aspecto expressivo (GUIRAUD, 1980), lançando mão de um nome para mostrar suas impressões sobre aquilo que será nomeado. É justamente por isso que os nomes que um povo atribui aos elementos do mundo extralinguístico são capazes de recuperar

valores culturais e resgatar a memória e a identidade de uma sociedade, pois existe uma relação direta entre o símbolo e o referente.

Dito de outra maneira, o denominador desloca um nome já existente em seu repertório linguístico para o campo onomástico, porque percebeu uma relação de contiguidade entre o nome e o lugar, a qual, para existir, não precisa necessariamente de uma presença física, mas tão somente de um estímulo, como uma cor, uma lembrança, um acontecimento; algo que esteja relacionado a um aspecto físico (natureza), social ou psicológico.

De maneira ilustrativa, imagina-se um processo comunicativo, em que um topônimo seja utilizado, a menção desse nome, pode provocar um estímulo na mente do intérprete, capaz de resgatar diversos aspectos vinculados ao lugar, quaisquer que sejam eles: um momento marcante ali vivido; um fato ocorrido; uma história presenciada ou escutada; a lembrança de uma cheiro ou de uma sensação. Assim, o topônimo é um signo icônico, capaz de descrever as diversas *crônicas* vivenciadas em um espaço geossocial. Nas próximas seções deste artigo, apresentam-se o *locus* da pesquisa e o *corpus*, seguido da análise dos dados.

2 O RECÔNCAVO BAIANO: TERRA DE TODAS AS CORES E DE MUITOS SABORES

Antes mesmo de detalhar os dados levantados no *corpus*, é preciso apresentar a história da formação sociocultural da sociedade que gerou os topônimos estudados. O território de identidade (TI) do Recôncavo baiano é conhecido por suas belezas naturais, fonte de inspiração para diversos artistas e considerado um berço da cultura brasileira. Trata-se de uma região banhada por grandes rios, como o Paraguaçu e o Jaguaripe, por riachos e córregos, cujas águas são depositadas em lagoas, espalhando beleza às planícies, montes e campos e, ao mesmo tempo, permitindo florescer uma vegetação com cores e cheiros variados.

Como existem referências bibliográficas que apresentam números diferentes de municípios que correspondem a esse território, buscou-se uma fonte segura, cuja divisão é estabelecida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) — órgão da Secretaria de Planejamento do estado da Bahia (SEPLAN), a qual mapeou o território baiano em 27 territórios de identidades. A separação desses territórios foi feita com base em um levantamento de dados que apontavam semelhanças na formação histórica e

cultural dos municípios, além de fatores geográficos, econômicos e sociais que possibilitaram a identificação dos municípios como pertencentes de uma mesma realidade sociocultural.

Dessa forma, tomando como base a divisão da SEI, o *corpus* analisado é composto pelas formações toponímicas de origem africana dos povoados do TI¹ 21 (Recôncavo baiano), o qual é composto por vinte municípios, a saber, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

É válido lembrar que alguns municípios integrantes desse TI foram emancipados recentemente, desvinculando-se de municípios mais antigos, aos quais pertenciam desde meados do século XVI. Entre as mais recentes formações municipais podem-se citar Varzedo (emancipado em 13/06/1989); Muniz Ferreira (emancipado em 30/07/1962) e Dom Macedo Costa (emancipado em 04/06/1962). Apesar de datas recentes de emancipação política, toda a complexidade sócio-histórica dessas áreas formam um único conjunto, passível de ser analisado como um espaço geográfico que possui características culturais semelhantes.

Assim, ao pensar em uma área territorial, transcende-se o conceito de demarcação de fronteiras, já que esse espaço também é um lugar social e reflete todas as relações que ali são concretizadas, preservando hábitos e valores, elementos constitutivos da identidade cultural de um povo, que foram transmitidos através das gerações.

Nesse sentido, é coerente pensar no Recôncavo baiano como um lugar formado, desde o século XVI, de acordo às perspectivas econômicas da nação colonizadora – representativas de um modelo socioeconômico vigente da época – mas, ao mesmo tempo, é possível pensá-lo como um lugar constituído a partir das suas particularidades, que se caracterizam por uma diversidade de povos: indígenas, africanos e europeus, e, conseqüentemente, por uma diversidade cultural. Esse espaço de vivência e de convivência, rico em variedades, reflete-se

¹ Os dados do *corpus* que compõem esse trabalho correspondem a uma divisão que prevaleceu até o ano de 2015, pois em 2016 o T.I. do Recôncavo baiano foi reduzido a dezenove municípios, retirando São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé e, ao mesmo tempo, incluindo o município de Salinas das Margaridas. Entretanto, neste trabalho, a divisão anterior foi mantida por ter sido legitimada por um órgão público e por já ter sido feito um levantamento com base nessa divisão. Cf. referências.

na língua, instrumento que veicula as interações realizadas e, em se tratando do período de colonização, haverá nesse território a confluência de diversas línguas em contato.

Com esse entendimento, há de se ressaltar a importância de uma pesquisa toponímica realizada no espaço sociogeográfico do Recôncavo baiano, pois esta tende a apresentar um resgate riquíssimo da memória da sociedade brasileira, haja vista as inúmeras relações sociais que ocorreram neste espaço desde as primeiras épocas da colonização.

2.1 Contribuições linguísticas africanas ao português brasileiro

O povo africano chegou ao território brasileiro já no início da colonização, encontrando o âmbito linguístico já em uma disputa entre a língua brasílica utilizada na área de domínio do povo tupinambá, língua geral (paulista e amazônica) e a língua portuguesa, falada, principalmente, nos centros administrativos.

A presença desse novo elemento étnico irá incrementar ainda mais o multilinguismo que já estava instalado no Brasil, pois em seu continente de origem há mais de 2.000 línguas, excluindo as línguas dos colonizadores. Trata-se, portanto, de um terço das línguas existentes no mundo, divididas em quatro grandes troncos: o *nigero-congolês*, com 1.524 línguas; o *afro-asiático*, com 366 línguas; o *coissã*, com 24 línguas e o *nilo-saariano*, com 198 línguas (FIORIN, 2015). Essa multiplicidade linguística contribuiu para a formação do português brasileiro, haja vista que os africanos escravizados eram oriundos de regiões diversas e, conseqüentemente, falantes de línguas diversas.

Iniciado em 1502, o tráfico negreiro foi realizado até 1860 em quatro ciclos: (i) século XVI, ciclo da Guiné, africanos principalmente sudaneses; (ii) século XVII, ciclo do Congo e de Angola, com os bantos; (iii) século XVIII, ciclo da costa de Mina, retorno ao tráfico dos sudaneses, sendo que, em meados deste mesmo século, há um desdobramento desse ciclo, ficando conhecido como ciclo baiano: ciclo da baía de Benim; (iv) século XIX, tráfico de africanos da região de Angola e Moçambique. (BONVINI, 2014; PETTER; CUNHA, 2015). Ressalta-se que cada ciclo do tráfico correspondeu a uma necessidade de mão-de-obra vinculada à exploração econômica: “[...] séculos XVI e XVII, a cultura da cana-de-açúcar e do fumo; no século XVIII, a exploração das minas de ouro e de diamantes, mas também a cultura do algodão, do arroz e a colheita de especiarias. No século XIX, a cultura do café.” (BONVINI, 2014, p. 27).

A área mais explorada para o tráfico foi a costa africana, atingindo a área oeste-africana e a área-austral (BONVINI, 2014). Dos quatro troncos linguísticos, três se fizeram presentes no solo brasileiro, durante o período da escravidão: o tronco nigero-congolês, afro-asiático e nilo-saariano. Sendo que, na área oeste-africana, foram transplantadas as línguas do tronco nigero-congolês, uma língua do tronco afro-asiático e uma língua do grupo nilo-saariano. (BONVINI, 2014; PETTER; CUNHA, 2015).

É do tronco linguístico nigero-congolês e da família linguística benue-congolesa que são traficados os escravos da área austral, pertencentes ao subgrupo *banto*, o qual provocou uma maior influência linguística no território baiano, já que o tráfico dos homens africanos dessa origem era intenso. O tráfico na área austral limitou-se “[...] à costa oeste (atuais repúblicas do Congo, república Democrática do Congo e Angola) e somente mais tarde estendendo-se à costa leste (Moçambique) —, caracterizada por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos.” (BONVINI, 2014, p. 30).

As línguas banto transplantadas para o Brasil pertencem ao grupo *benue-congo* ocidental. Segundo Petter (2015), a designação pela qual ficou conhecida essas línguas corresponde a uma divisão elaborada por Guthrie, em 1948, modificada posteriormente por Heine e Nurse, em 2000, e por Maho, em 2003. A identificação parte de uma letra e de um número: “[...] A é uma zona, A 70 é um grupo, A 71 é uma língua que constitui um grupo dialetal” (PETTER, 2015, p.60)

Segundo Bonvini (2014), as línguas desse grupo que estiveram presente no Brasil são as seguintes:

- H.10 *congo (quicongo): quissolongo, quissicongo (quissangala), quizombo, quissundi* (falada pelo bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivili, iuoio (fiote), quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango);
- H. 20 *quimbundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo) *quissama, quindongo*;
- H. 30 *iaca-holo: iaca, imbangala, chinji*;
- K. 10 *chôcue: uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale)*;
- L. 30 *Iuba: chiluba-cassai (lulua)*;
- P. 30 *macua:omacua*;
- R. 10 *umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): *umbundo, olunianeca*;
- R. 20 *cuaniama, indonga: ochicuaniamama, cuambi*;
- R. 30 *herero: ochiherero* (BONVINI, 2014, p.30-31)

Vê-se, pois, que o contingente de línguas africanas existentes no Brasil, durante todo o processo de colonização, foi bastante elevado. É nesse contexto de transição, adaptação, coerção, de extermínio, de miscigenação e, conseqüentemente, de perda de identidade sociocultural, tanto para os africanos quanto para os indígenas que uma nova variedade linguística do português europeu vai se constituindo em solo brasileiro, dando lugar a uma língua falada formada por essa multiplicidade de valores linguísticos e culturais.

É indubitável a contribuição que o povo africano trouxe à cultura brasileira e, mesmo estando em condições de dominado, é possível perceber que a marca linguística africana está presente no português brasileiro. Portanto, adentrar no universo da microtoponímia da região do Recôncavo baiano traz, pois, a possibilidade de reconstituir e valorizar a identidade sociocultural do povo brasileiro que traz a miscigenação em sua essência.

3 A MICROTAPONÍMIA RURAL DE ORIGEM AFRICANA DO RECÔNCAVO BAIANO: METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Os topônimos que serão apresentados correspondem aos nomes de povoados do T.I. Recôncavo baiano. O *corpus* foi coletado dos mapas municipais estatísticos disponíveis na plataforma virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), escala 1:100.000. Nos 20 municípios do Recôncavo, foram coletados 886 topônimos referentes aos povoados, destes 62² são de origem africana, sendo 46 de formação simples e 16 de formação híbrida.

A análise dos dados seguiu a metodologia desenvolvida por Maria Vicentina Paula do Amaral Dick, professora da Universidade de São Paulo (USP) e toponimista renomada, que formulou um quadro taxionômico, apresentando classificações possíveis de enquadrar os topônimos brasileiros, baseando-se em motivações ligadas à natureza semântica física (aspectos geográficos) e à natureza semântica antropocultural (referentes ao meio social, cultural ou a aspectos psíquicos).

Através de estudos realizados, Dick percebeu que os modelos de classificação europeia e norte-americana não eram adequados à realidade brasileira, devido à existência de nomeações geográficas bastante diversificadas.

² Esse número conta com as repetições, pois topônimos idênticos foram verificados em municípios diferentes, às vezes, com algumas alterações fonéticas.

Com essa visão, a toponimista criou, em 1975, seu primeiro modelo taxionômico, composto por 19 classificações e, em 1990, reformula algumas e acrescenta outras, chegando a um quadro composto por 27 taxionomias (DICK, 1990a, 1990b), as quais são criadas a partir de um termo hiperônimo – termo genérico de origem greco-latina capaz de elucidar a categoria a qual o topônimo pertence – e o acréscimo do termo topônimo.

Assim, por exemplo, observando o primeiro elemento do termo específico do topônimo *Água Branca* (acidente humano) tem-se uma classificação relacionada à motivação semântica de origem física; a taxionomia adequada é, portanto, *hidrotopônimo* (hidro- referente à água + o termo topônimo).

A vantagem principal da utilização desse quadro é sua aplicabilidade na análise sincrônica dos topônimos, dispensando um retorno histórico para que a significação da denominação seja alcançada. As verificações semânticas são feitas com base no material linguístico, o que em muito favorece as pesquisas toponímicas, pois dispensa a presença do denominador, fato que nem sempre é possível, não só pelo distanciamento cronológico do ato da nomeação até o período da análise, como também pela dificuldade em realizar uma tarefa investigativa, *in loco*, quando se trata de uma área de pesquisa muito ampla, como no caso da formulação dos atlas toponímicos.

Seguindo a metodologia das pesquisas toponímicas, foi realizada a análise etimológica dos nomes, a fim de encaixá-los na classificação mais adequada, criada por Dick (1990a, 1990b). Quanto à verificação etimológica, utilizou-se o vocabulário afro-brasileiro, levantado por Castro (2005), em seu livro *Falares africanos na Bahia*, por se tratar de uma fonte segura e muito utilizada por pesquisadores que investigam contato linguístico no Brasil e, no caso dos híbridos, os dicionários de Cunha (2010), *Dicionário etimológico da língua portuguesa* e Guérios (1998), *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*.

Como o espaço textual aqui produzido não comporta o detalhamento de todos os topônimos, será apresentado um quadro com alguns exemplos do *corpus*, com as seguintes informações: a natureza semântica (se o topônimo refere-se ao ambiente físico ou antropocultural); o topônimo; a acepção atribuída ao vocábulo; a classificação toponímica; formação lexical e os municípios em que a ocorrência foi registrada.

Quadro 1— Topônimos de origem africana no Recôncavo baiano

Natureza semântica	Topônimo	Acepção	Classificação toponímica	Formação lexical	Município
Física	Dendê	“(banto) palmeira (<i>Elaeis guineenses</i>) ou o fruto da palmeira. [...] Kik./Kimb./Umb. (o) <i>ndende</i> .” (CASTRO, 2005, p. 219).	Fitotopônimo	Simples	Maragogipe e Cachoeira
	Gandu Velho	“GANDU (banto) (LS) –s. jacaré [...] Kik./Kimb. <i>nhandu</i> .” (CASTRO, 2005, p. 240).; ** “velho <i>adj. sm</i> ‘remoto, antigo, idoso, antiquado, gasto pelo uso’ XIII. Do lat. <i>vētulus</i> , dim. De <i>vētus -ēris</i> [...]” (CUNHA, 2010, p. 670)	Zootopônimo	Híbrido composto	Dom Macedo Costa
	Gurunga	“(banto) s.f. Ver ingurunga .”; “INGURUNGA (banto) s.f. terreno muito acidentado e quase intransponível. Var. gurunga . Kik. <i>mbunda mbunda</i> , muito intrincado.” (CASTRO, 2005, p. 245, 254.)	Geomorfotopônimo	Simples	Cruz das Almas
	Maçangana	“MASSANGANA -s. topônimo que deveria ser escrito <u>maçangana</u> . Kik./ Kimb. <i>mazangana</i> , água grande, ou <i>massanganu</i> , boca de rio.” (CASTRO, 2005, p. 278)	Hidrotopônimo	Simples	Maragogipe
	Marimbondo	“(banto) – s.m. vespa. Var. maribondo. Kik./ Kim. <i>(ma)di(m)bondo/ Umb. alimbondo</i> .” (CASTRO, 2005, p. 277)	Zootopônimo	Simples	Muritiba
	Massapê	“s.m. [...] Kik. <i>musenge/ Kimb. museke</i> . + Port. <u>massa</u> , substância pastosa.” (CASTRO, 200, p. 278.)	Litotopônimo	Híbrido simples	São Sebastião do Passé
	Murundu	“(banto) – s.m. montículo de terra, amontoado de coisas. Var. murundum. [...] murungu. Kik./ Kimb. <i>(mu)lundu</i> , monte de barro ou feito por térmitas, em forma de cone.” (CASTRO, 2005, p. 293)	Geomorfotopônimo	Simples	Cachoeira
	Orobó	(kwa) (PS) – s.m. noz-de-cola, fruto africano (<i>Gracinia Gnetoides</i>), usado nos sacrifícios religiosos, tem poderes afrodisíacos e é	Fitotopônimo	Simples	Sapeçu

Física		comida predileta de Xangô . [...] Yor. <i>orógbó</i> .". (CASTRO, 2005, p. 309)			
	Quicaça	Variação de " QUIÇAÇA (banto) (BR) – s.f. terra árida de escassa vegetação. Kik./ Kimb. <i>Kisasa</i> .". (CASTRO, 2005, p. 323)	Geomorfotopônimo	Simple	Nazaré
	Xangó São Felipe	" XANGÓ (banto) ("BA) -s.m. espécie de peixe miúdo do mar, petinga. [...] Kik. <i>nsangu</i> ." (CASTRO, 2005, p. 350); "são ² SANTO ."; "santo <i>adj. sm.</i> 'sagrado' [...] Do lat. <i>sanctus -a -um</i> [...]" (CUNHA, 2010, p. 580); FILIFE ou FELIFE , gr. Philippos: 'amigo (philos) de cavalos (hippos)' [...]" (GUÉRIOS, 1998, p. 121).	Zootopônimo	Híbrido composto	São Felipe
Antropo-cultural	Bamba	(banto) [...] (" BR) -s <i>adj.</i> autoridade em qualquer assunto; exímio, mestre. Var. bambambã. [...] Kik./Kimb. <i>kibamba</i> , campeão, herói, corajoso." (CASTRO, 2005, p. 166).	Animotopônimo eufórico	Simple	Dom Macedo Costa
	Bangola	"(banto) -s.m. esperto, gabola. Kik. <i>bangula</i> . (CASTRO, 2005, p. 167)"	Animotopônimo disfórico	Simple	Muniz Ferreira
Antropo-cultural	Cabiongo	Variação de: " CAPIONGO (banto) 1. (LS) -adj. Ver capiango ."; " CPIANGO (banto) 1. (LP) -adj. triste, sisudo, macambúzio [...] Kik. <i>kiangangu/kiampangu</i> . [...]". (CASTRO, 2005, p. 201)	Animotopônimo disfórico	Simple	Cachoeira
	Caboto	" CABOTO (banto) (PS) -s.m. Ver quimboto "; " QUIMBOTO (banto) 1. (PS) -s.m. feiticeiro. Var. caboto . Kik./Kimb. <i>kimboto</i> .". (CASTRO, 2005, p. 184, 325)	Hierotopônimo	Simple	Nazaré
	Caçanje	" CAÇANJE (banto) 1. (" PO) -s./adj. 2gen. nome de antiga nação africana no Brasil proveniente de Angola ; (p.ext) português mal falado ou escrito. Ver nagô . Cf. do topônimo <i>Caçanje</i> . [...]"; " NAGÔ (kwa) [...] 3. (BA)-s.m. (pejorativo) diz-se do português mal-falado, equivalente a caçanje , a exemplo do chiste corrente no	Etnotopônimo	Simple	Maragogipe

		Recôncavo: “o padre de Bom Jardim/é mesmo assim/só fala nagô/misturado com latim.”. (CASTRO, 2005, p. 185, 295)			
	Cacimba	“(banto) (°BR) -s.f. poço de água potável; fonte, vasilha. [...] Kik./Kimb. <i>kisima, kisimbu, vasilha.</i> ” (CASTRO, 2005, p. 186)	Ergotopônimo	Simple	Santo Antônio de Jesus
	Cafonge	Varição de “CAFUNJE (banto) -s.m. moleque travesso, gatuno, larápio. Var. camafonje, camafunje. [...] Kik. <i>nkwavundi.</i> ”. (CASTRO, 2005, p. 190)	Animotopônimo disfórico	Simple	Maragogipe
Antropo-cultural	Calugi	Varição de caloji: * “CALOJI (banto)(°LP) -s.m. cortiço, poleiro, habitação coletiva para gente pobre. [...] Kik. <i>kaludi</i> , pequeno poleiro.” (CASTRO, 2005, p. 192)	Ecotopônimo	Simple	Castro Alves
	Capianga	“CAPIANGA(R) (banto)1. (°LP) -v. furtar com destreza, surrupiar. Ver capiango. Kik./Kimb. <i>ku-, kampyunga.</i> [...]”; “CACIONGO (banto) [...] 2. (°LP) -s.m. ladrão Cf. capianga(r), Kik./Kimb. <i>kapyangu.</i> ” (CASTRO, 2005, p. 200-201)	Animotopônimo disfórico	Simple	Conceição do Almeida e Cachoeira
	Coange/ Caonge	Varição de “CAFUNJE (banto) (°LP) -s.m. moleque travesso, gatuno, larápio. Var. camafonje, camafunje. [...] Kik. <i>nkwavundi.</i> ” (CASTRO, 2005, p. 190)	Animotopônimo disfórico	Simple	Cachoeira
	Combé	Varição de Cobé: “COBÉ (banto) (BA) -adj. (precedido de feiticeiro) curandeiro, feiticeiro temível, implacável. [...] Kik. <i>kòbi.</i> ” (CASTRO, 2005, p. 209).	Hierotopônimo	Simple	Cruz das Almas
	Mocambo	(banto) (°BR) -s.m (arcaico) esconderijo de escravos na floresta, equivalente a quilombos; choça, palhoça, casebre; cercado de mato ou moita onde se esconde o gado Var. mucambo. Kik. <i>mukambu</i> , refúgio [...]; topônimo muito comum no Brasil, (CASTRO, 2005, p. 285)	Ecotopônimo	Simple	Cabaceiras do Paraguaçu, Dom Macedo Costa e Nazaré
	Quiamba	feminino de “QUIAMBO (banto) (LS) -s.m. curandeiro,	Hierotopônimo	Simple	Sapeaçu

Antropo-cultural		quimbanda [...] Kik. <i>kiwamba</i> ." (CASTRO, 2005, p. 321)			
	Quebra-Bunda	"quebrar <i>vb.</i> „reduzir a pedaços, fragmentar, despedaçar“ XIII. Do lat. <i>crepāre</i> "; (CUNHA, 2010, p. 537) ** "BUNDA (banto) 1. ("BR) - s.f. nádegas, traseiro [...] Kik./Kimb. <i>mbunda</i> [...]" (CASTRO, 2005, p. 180).	Dirrematopônimo	Híbrido composto	Cachoeira
	São Francisco da Mombaça	"são2 SANTO."; "santo <i>adj. sm.</i> " Sagrado "[...] Do lat. <i>sanctus -a -um</i> [...]" (CUNHA, 2010, p. 580); ** "FRANCISCO, -A, lat. medieval, Franciscus , deriv. do germ. Frank com o sufixo germ. -isk (al. Fränkisch) [...]"(GUÉRIOS, 1998, p. 123). ; "MOMBAÇA (banto) (BR) -s, topônimo. Cf. <i>Mambasa</i> nome de porto e da localidade na costa africana, hoje pertencente a Quênia. (CASTRO, 2005, p. 288)	Hagiotopônimo	Híbrido composto	Conceição do Almeida

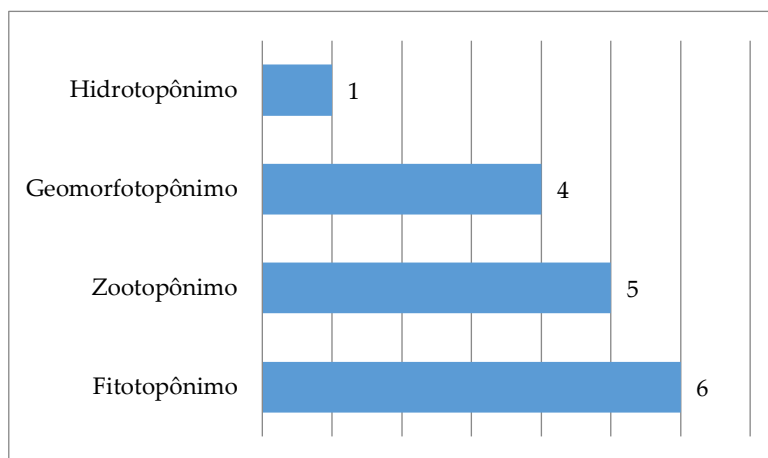
Fonte: produção das autoras.

Analisando quantitativamente os topônimos coletados e comparando-os a uma pesquisa realizada por Santana (2018) a respeito da microtoponímia referente aos povoados dessa mesma região, verifica-se que os topônimos de origem africana está em um número bem reduzido, além disso, seu registro não ocorre em todos os municípios desse TI. Tal fato já era esperado, se for levada em consideração a condição social em que o homem africano se encontrou por séculos no território brasileiro.

No que diz respeito aos topônimos de formação lexical simples, Santana (2018) constatou que do universo de 415 topônimos motivação semântica de natureza física, apenas 16 são de origem africana (4%), em oposição a 139 de origem indígena (33%) e 260 de origem portuguesa (63%). Quanto à motivação semântica de natureza antropocultural, nessa mesma formação lexical, o número apresenta uma elevação, pois dos 389 topônimos coletados, 30 são de origem africana (9%), um número considerável, quando comparado aos 6% dos topônimos de origem indígena (20 ocorrências), mas bem reduzido, quando observado no universo dos 85% dos topônimos de origem portuguesa (289 ocorrências). Os gráficos, a seguir, apresentam esses valores desmembrados

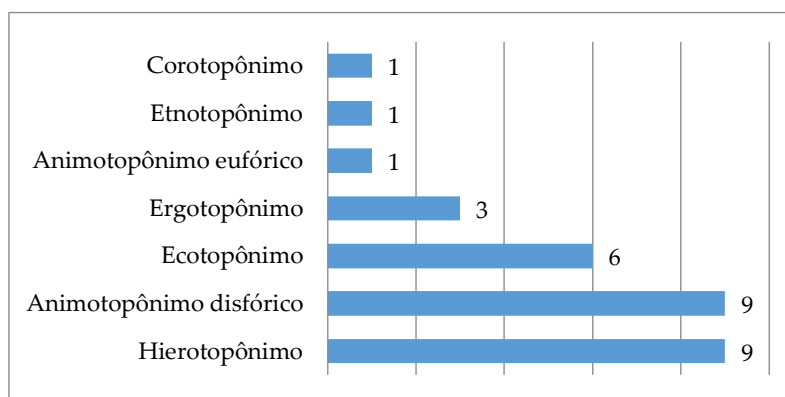
através das taxionomias encontradas, para cada natureza semântica dos topônimos.

Gráfico 1— Topônimos de origem africana do Recôncavo baiano: categorias semânticas de motivação física



Fonte: (produção dos autores)

Gráfico 2— Topônimos de origem africana do Recôncavo baiano: categorias semânticas de motivação antropológica



Fonte: produção das autoras.

Como se observa, há um número menor de categorias para natureza semântica física, recaindo o maior número para os topônimos que apresentam motivação semântica vinculada à índole vegetal, os fitotopônimos, seguidos de motivação semântica vinculada à índole animal, os zootopônimos. As outras duas categorias relacionam-se aos acidentes geográficos (geomorfotopônimo) e ao elemento água (hidrotopônimo).

O maior número de categorias é visualizado na natureza semântica antropológica, devido ao contato maior do homem africano com o ambiente

social, no que diz respeito ao trabalho escravo. As taxionomias de valor mais elevado demonstram duas questões: a primeira relacionada à religiosidade e a segunda demonstra pontos de vista sobre o comportamento do homem africano, uma demonstração da visão do colonizador a respeito de suas características pessoais, como a preguiça, a tristeza, a valentia, a esperteza, por isso os animotopônimos disfóricos³ estão em um mesmo valor quantitativo que os hierotopônimos (nomes relacionados à religiosidade).

Os demais topônimos nessa motivação semântica estão vinculados a questões como habitação (ecotopônimo), produção da cultura material (ergotopônimo), nomes ligados à etnia (etnotopônimo), a lugares da nação africana (corotopônimo) e a percepção positiva sobre o comportamento do homem africano (animotopônimo eufórico).

Quanto aos topônimos de formação híbrida, foram encontradas 16 ocorrências com a presença do elemento linguístico africano. Na natureza semântica física quatro formações com o primeiro elemento de origem africana, dois fitotopônimos (duas ocorrências para Bananeira) e dois zootopônimos (Guandu Velho, Xangó São Felipe); com o elemento africano como segundo termo, verificou-se um litotopônimo (Massapê) e um geomorfotopônimo (Baixa do Conguê).

Finalizando a análise, citam-se as formações híbridas de natureza semântica antropocultural que computam o valor de dez ocorrências, separadas da seguinte forma: três com o primeiro elemento de origem africana, com uma ocorrência para cada taxionomia (ecotopônimo: Conguê; Hierotopônimo: Caimbongo Velho; Ecotopônimo: Calugi da Canabrava); cinco com o elemento linguístico africano como segundo termo (um dirrematopônimo: Quebra-Bunda; dois sociotopônimos: Comum do Bamba e Fazenda Muzunguê; dois hagiotopônimos: São Francisco da Mombaça e São Roque dos Macacos; um ergotopônimo: Tanque da Senzala e um ecotopônimo: Sítio Dendê).

³ Os animotopônimos disfóricos e eufóricos são um desmembramento da classificação *animotopônimo* (relacionados à vida psíquica) criada por Dick (1990a, 1990b). Esse desmembramento foi realizado por Isquierdo (1996 apud ISQUERDO, 2008), quando esta toponimista analisa o vocabulário dos seringueiros para a composição da sua tese de doutorado, em 1996 e percebe a necessidade de ampliar essa categoria *animotopônimos eufóricos*, para os topônimos que apresentaram uma impressão otimista, e *animotopônimos disfóricos*, para topônimos que apresentaram uma impressão negativa e desagradável.

CONCLUSÃO

Após o exposto, é possível observar que a Toponímia oferece um universo de possibilidade de pesquisa científica tão instigante quanto à capacidade que o homem possui em perceber o mundo físico e social que está ao seu redor, pois todas essas relações complexas são externadas através de um nome, o qual poderá identificar e ao mesmo tempo indicar ações, sentimentos, objetos, pessoas... lugares.

O espaço geossocial sobre o qual este artigo debruçou-se é um lugar que possui uma magia que encanta a todos que por lá passam: o Recôncavo baiano; lugar de lutas, de dores, de prazeres, de cores, de cheiros e sabores diversos, lugar de tradição, de fé e de gratidão. É o berço da cultura baiana e exemplo da formação múltipla que há na raiz da nação brasileira.

Pesquisar os nomes dos lugares que constituem a formação rural desse território é uma forma de resgatar as origens da formação do léxico do português brasileiro (PB). Ao buscar a origem dos topônimos de uma determinada região, há a possibilidade de verificar, através da etimologia, quais os estratos dialetais que deram origem à língua vernácula em determinado lugar. Tal análise pode revelar formas antigas de linguagem que não estão mais em uso, ou ainda, termos que não foram dicionarizados (DICK, 1996).

Além disso, é possível mapear as áreas em estudo, buscando, na dimensão diatópica, pontos em que há a maior ocorrência dos estratos que formaram o PB, bem como das motivações semânticas dos topônimos; sendo possível traçar um comparativo entre as áreas analisadas, revelando a realidade toponímica do local averiguado, seja pela presença ou pela ausência, a qual também é um válido indicador de análise científica.

Ao mesmo tempo, o estudo semântico-lexical permite não somente uma análise descritiva, mas também revela a criatividade e expressividade linguística do falante, já que este, para colocar em prática o processo de nomeação, utiliza processos metafóricos complexos, tornando o topônimo um signo linguístico semanticamente motivado, compreensível, na maioria das vezes, a partir da sua inserção sociocultural. Portanto, é correto afirmar que o topônimo é um signo linguístico capaz de resgatar a memória e a identidade cultural de uma sociedade.

Diante de tamanha importância e funcionalidade, a Toponímia firma-se cada vez mais na Linguística e, através de pesquisas nessa área, mostra-se a necessidade da preservação de topônimos que surgiram a partir das vivências

sociais, sem que sejam modificados aleatoriamente, criando sobreposições que se distanciam da história social do lugar.

Acredita-se, portanto, que estudar o universo toponímico de uma região, mas especificamente, a microtoponímia, seja uma forma de revelar pequenas-grandes participações daqueles que, por vezes, não têm o seu papel, na formação deste país, devidamente valorizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lana Cristina Santana. *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*. Salvador, 2012. 187f. Dissertação. (Mestrado em Língua e Cultura) Universidade Federal da Bahia- BA. Obra não publicada.

BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Orgs). *África no Brasil: a formação da língua*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 15-62.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora; Academia Brasileira de Letras, 2005.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: EDUSP, 1979.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 1990a.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: [s.n],1990b.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

_____. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações linguísticas e teoria literária*. Recife: UFPE, v. 9, p.119-148, 1999.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, v. 3, n.5, I semestre de 2007, p. 141-155. Disponível em: <<http://www.unioeste/saber>>. Acesso em: 29 set. 2009.

FIORIN, José Luiz. Prefácio. In: PETTER, Margarida (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 9-12.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1998.

GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.

NADIN, Mihai. Processos semióticos e de informação: a semiótica da computação. *Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*. Tradução de Priscila Borges, 5.ed., São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.nadin.ws/wp-content/uploads/2012/03/3-dossie-processos-semioticos-e-de-informacao.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2012.

OGDEN, C.K.; RICHARDS, I. A. *O Significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1975.

PETTER, Margarida. A classificação das línguas da África. In: _____ (org.) *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 49-85.

_____; CUNHA, Ana Stela. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, Margarida (org.) *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 222- 250.

PINKER, Steven. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana*. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTANA, Lana Cristina. *Aqui tem Murundu, Marianga, Murici, Capanema, Areal e Água Limpa: uma análise de topônimos do Recôncavo baiano*. Salvador, 2018. 1.117f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) Universidade Federal da Bahia- BA. Obra não publicada.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Língua Geral*. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1969.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatísticas dos municípios baianos*. Território de identidade Recôncavo. v. 13, Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=110> Acesso em: 12 maio 2012.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 28/02/2019.
Aprovado em sistema duplo cego em: 07/06/2019.